



COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

CNPJ nº 10.835.932/0001-08 | CVM nº 01436-2 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta (ex- VNR)	571	602	(5%)	2.162	2.161	0%
EBITDA	499	403	24%	1.503	1.400	7%
EBITDA Caixa	366	358	2%	1.214	1.199	1%
Resultado Financeiro	(263)	(233)	(13%)	(989)	(993)	(0%)
Lucro Líquido	114	41	178%	94	6	1467%
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.164	4.885	5,7%	19.654	18.393	6,9%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativo + livre + GD)	4.162	3.894	6,9%	16.202	15.127	7,1%
Número de Clientes (mil)	4.110	4.038	1,8%			
DEC anualizado (horas)	10,97	11,31	(3%)			
FEC anualizado (interrupções)	4,55	5,16	(12%)			
Perdas de Distribuição (%)	17,93%	17,46%	0,47 p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida¹						
	2024	2023	Variação			
Dívida Líquida²/EBITDA³	5,14	5,43	(0,29)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 5.164 GWh no 4T24 (+5,7% vs. 4T23) e de 19.654 GWh em 2024 (+6,9% vs. 2023).
- EBITDA no 4T24 de R\$ 499 milhões (+24% vs. 4T23) e em 2024 de R\$ 1.503 milhões (+7% vs. 2023). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 366 milhões no 4T24 (+2% vs. 4T23) e de R\$ 1.214 milhões em 2024 (+1% vs. 2023).
- R\$ 981 milhões de Capex em 2024, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Taxa de arrecadação de 98,13%, melhora de -0,58 p.p. em relação ao 3T24;
- DEC 12 meses de 10,97h (abaixo do regulatório de 11,99h) e FEC 12 meses de 4,55x (abaixo do regulatório de 7,09x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 foi marcado pelo início de um ciclo de investimentos recorde na história da Neoenergia Pernambuco. E as entregas já iniciaram. Durante o ano, a companhia colocou em operação três novas subestações: Mundial, situada no agreste do estado; Via Mangue, localizada na região metropolitana da capital; e Petrolina 3, estabelecida no sertão pernambuco. O investimento de R\$ 77,9MM resultou em um sistema elétrico mais potente e flexível para Pernambuco. E não parou por aí. Com um CAPEX anual realizado na ordem de R\$ 881 milhões, a empresa pôde investir, ainda, em 90 religadores, além de 77 quilômetros de rede reconstruídos, em um esforço contínuo para melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica para os 4,1 milhões de clientes da distribuidora. E o esforço deu resultado: atingimos o menor DEC da série histórica, desde 2015, com 10,97 horas de interrupção, abaixo da casa das 11 horas atingidas no ano anterior. A frequência das interrupções (FEC) foi de 4,55 horas, mostrando que ambos os índices seguem bem abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Neoenergia Pernambuco também investiu em novas conexões. Na geração distribuída, o volume chegou a 42 mil novos pontos e as ligações novas ultrapassaram o número de 126 mil, entre conexões diretas e aquelas que demandam obras de pequeno, médio e grande portes para serem realizadas. Além das novas conexões solicitadas pelos clientes, a companhia também investiu fortemente na regularização dos clandestinos, tendo como objetivo fornecer energia com qualidade e segurança para cada vez mais pessoas. Foram mais de 70 mil clandestinos regularizados e as inspeções realizadas superaram a marca dos 180 mil. Todo esse trabalho só pode ser desenvolvido de forma eficaz quando cuidamos das pessoas. E, aqui na Neoenergia Pernambuco, a segurança é um valor primordial para nós. Realizamos mais de 31 mil ações em comunidades no ano de 2024, ressaltando a importância do cuidado com a convivência com a rede elétrica. Foram mais de cem mil pessoas impactadas com essas ações. Além dos nossos próprios indicadores, também conseguimos a recertificação na ISO 45001, que trata da Saúde e Segurança Ocupacional dos colaboradores. O edifício sede e as unidades de Arcoverde, Garanhuns e Goiana renovaram as certificações, enquanto Serra Talhada e Carpina conseguiram o aval pela primeira vez, ampliando o número de sites certificados da companhia. Com todos essas e muitas outras ações, o EBITDA da companhia superou R\$ 1,5 bilhão, ficando 7% maior do que o ano anterior – como um resultado direto do trabalho diário de todos os nossos colaboradores. Trabalho esse que também nos rendeu prêmios: ficamos entre as três melhores empresas no Melhores em Gestão da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), um resultado muito comemorado entre nossas equipes. Estamos com muita energia para encarar os desafios de 2025, sempre contando com o compromisso e a parceria dos nossos profissionais, parceiros e acionistas. Obrigado e vamos em frente!

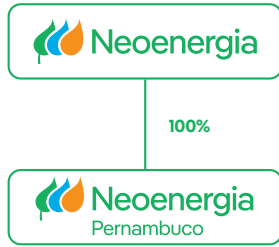
Saulo Cabral e Silva
 Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais. No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%. No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano. No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020. Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%. O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas
 Em 23 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio -2,69%, sendo -2,63% para a baixa tensão e -2,85% para clientes da em alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de -1,4%, totalizando R\$ 5.294,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,5% nos encargos setoriais, 5,9% nos custos com Transmissão de energia e pela redução de -8,3% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,40% (R\$ 2.365,0 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,14%.

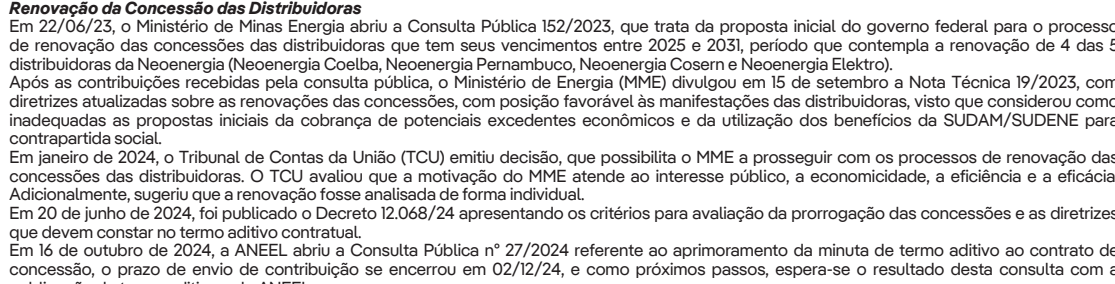
3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano
Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC
 O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos ajustes aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras
 Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro). Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social. Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual. Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual. Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Marco Legal Geração Distribuída
 A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD). Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores
 A Companhia encerrou 2024 com 4.110 mil consumidores, 72 mil novos consumidores em relação a 2023 (+1,8%).



4.2. Evolução do Mercado
 A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Pernambuco no 4T24 foi de 4.162 GWh, +6,9% vs. 4T23 e 16.202 GWh em 2024, +7,1% vs. 2023. Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

	Neoenergia Pernambuco	4T24 x 4T23	Participação no Total %	Neoenergia Pernambuco	2024 x 2023	Participação no Total %						
Energia Distribuída (GWh)	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
Residencial	1.498	1.481	17	1,1%	60,3%	56,1%	5.985	5.729	256	4,5%	59,7%	55,4%
Industrial	70	88	(18)	(20,5%)	2,8%	3,3%	312	360	(48)	(13,3%)	3,1%	3,5%
Comercial	428	498	(70)	(14,1%)	17,2%	18,9%	1.795	1.967	(172)	(8,7%)	17,9%	19,0%
Rural	136	140	(4)	(2,9%)	5,5%	5,3%	465	491	(26)	(5,3%)	4,6%	4,7%
Outros	352	434	(82)	(18,9%)	14,2%	16,4%	1.462	1.794	(332)	(18,5%)	14,6%	17,3%
Total Energia Distribuída (Cativo)	2.485	2.640	(155)	(5,9%)	60%	68%	10.018	10.341	(323)	(3,1%)	62%	68%
Industrial	714	670	44	6,6%	17,2%	17,2%	2.793	2.648	145	5,5%	17,2%	17,2%
Comercial	349	278	71	25,5%	8,4%	7,1%	1.313	1.041	272	26,1%	8,1%	6,9%
Rural	16	15	1	6,7%	0,4%	0,4%	49	34	15	44,1%	0,3%	0,2%

	Neoenergia Pernambuco	4T24 x 4T23	Participação no Total %	Neoenergia Pernambuco	2024 x 2023	Participação no Total %						
Total Energia Distribuída (Cativo)	2.485	2.640	(155)	(5,9%)	10.018	10.341	(323)	(3,1%)	62%	68%		
Outros	129	53	76	143,4%	477	86	391	454,7%	2,9%	0,6%		
Suprimentos	65	62	3	4,8%	237	219	18	8,2%	1,5%	1,4%		
 Mercado Livre + Suprimento	1.273	1.078	195	18,1%	4.869	4.027	842	20,9%	30%	27%		
Residencial	1.498	1.481	17	1,1%	36,0%	38,0%	5.985	5.729	256	4,5%	36,9%	37,9%
Industrial	785	758	27	3,6%	18,9%	19,5%	3.105	3.008	97	3,2%	19,2%	19,9%
Comercial	777	776	1	0,1%	18,7%	19,9%	3.108	3.008	100	3,3%	19,2%	19,9%
Rural	152	155	(3)	(1,9%)	3,7%	4,0%	514	524	(10)	(1,9%)	3,2%	3,5%
Outros	481	486	(5)	(1,0%)	11,5%	12,5%	1.939	1.880	59	3,1%	12,0%	12,4%
Suprimentos	65	62	3	4,8%	1,6%	1,6%	237	219	18	8,2%	1,5%	1,4%
Total Energia Distribuída (Cativo + Livre)	3.768	3.718	40	1,1%	14.888	14.368	520	3,6%	92%	95%		
Energia de compensação GD	404	176	228	129,5%	1.314	759	555	73,1%	8,1%	5,0%		
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	4.162	3.894	268	6,9%	16.202	15.127	1.075	7,1%	100%	100%		

No 4T24, o consumo residencial consolidou 1.498 GWh, +1,1% vs. 4T23 e 5.985 GWh em 2024, +4,5% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no IS24, além do crescimento da base de clientes. O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou aumento de 3,6% no 4T24 vs. 4T23 e de 3,2% em 2024 vs. 2023, explicado, principalmente, pelo bom desempenho do setor de papel, alimentos e plástico. A classe comercial cativa mais livre consolidou 777 GWh no 4T24, em linha com o 4T23 e consolidou 3.108 GWh em 2024, +3,3% vs. 2023, principalmente, por maiores temperaturas no ano. A classe rural cativa mais livre encerrou o trimestre com consumo de 152 GWh, uma redução de 1,9% vs. 4T23. No ano esta classe consumiu 514 GWh, uma redução também de 1,9% vs. 2023, principalmente, por maior volume de chuvas, o que gerou uma menor demanda de irrigação. As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre totalizaram o 4T24 com consumo de 481 GWh, uma redução de 1,0% vs. 4T23. No ano, foram consumidos 1.939 GWh, um aumento de 3,1% vs. 2023, com destaque para a classe Iluminação Pública.

4.3. Balanço Energético
 A energia injetada total incluindo GD atingiu o patamar de 5.164 GWh no 4T24, +5,7% vs. 4T23 e de 19.654 GWh em 2024, +6,9% vs. 2023, influenciado por temperaturas superiores no 1º semestre de 2024 e pelo crescimento da base de clientes.

	BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23	2024	2023	2024 x 2023	
				Dif.	%		Dif.	%
Neoenergia Pernambuco								
 Mercado Cativo	2.485	2.640	(155)	(5,9%)	10.019	10.341	(322)	(3%)
 Mercado Livre + Suprimento	1.273	1.078	194	18,1%	4.869	4.027	842	20,9%
 Energia Distribuída (A)¹	3.758	3.718	40	1,1%	14.888	14.368	520	3,6%
 Energia Perdida (B)	855	789	66	8,4%	3.277	2.996	281	9,4%
 Não Faturado (C)	60	82	N/A	N/A	(24)	39	(63)	(162%)
 SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	4.673	4.589	84	1,8%	18.141	17.403	738	4,2%
 Energia Injetada pela GD (E)	491	296	195	65,9%	1.513	990	523	52,8%
 ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.164	4.885	279	5,7%	19.654	18.393	1.261	6,9%

Nota¹: Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas
 As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total							
	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
Neoenergia Pernambuco	9,09%	9,19%	9,16%	9,31%	9,60%	8,37%	8,95%	8,95%	8,46%	8,33%	17,46%	18,15%	18,11%	17,77%	17,93%	15,26%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica				Perda Não Técnica				Perda Total							
	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	4T23	IT24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
Neoenergia Pernambuco	1.583	1.628	1.648	1.681	1.7											



5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	13	9	4	44%	69	76	(7)	(9%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(237)	(222)	(15)	7%	(938)	(968)	30	(3%)
Juros resultados financeiros não relacionados a dívida	(39)	(20)	(19)	95%	(120)	(101)	(19)	19%
Outros, comissões e acréscimo moratório	10	17	(7)	(41%)	64	68	(4)	(6%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(2)	2	(4)	(200%)	(2)	4	(6)	(150%)
Avaliação provisão para contingências / depósitos judiciais	(12)	(9)	(3)	33%	(41)	(39)	(2)	5%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(4)	2	(6)	(300%)	(16)	(13)	(3)	23%
Obrigações pós emprego	(2)	(3)	1	(33%)	(6)	(11)	5	(45%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(29)	(29)	-	-	(119)	(110)	(9)	(8%)
Total	(263)	(233)	(30%)	13%	(989)	(993)	4	(0%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 263 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 233 milhões no 4T23), explicado, majoritariamente, pelo aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA (30% do endividamento da companhia está atrelado a esse indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado. Em 2024, o resultado financeiro foi de -R\$ 989 milhões, em linha com 2023.

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 881 milhões em 2024, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

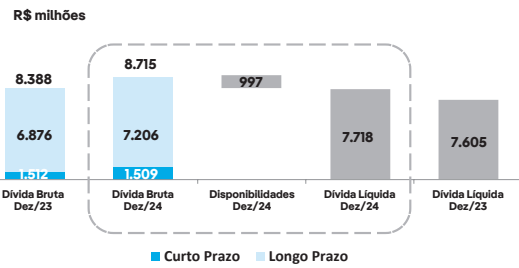
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Pernambuco		
	4T24	2024	
Expansão de Rede	(117)	(463)	50%
Novas Ligações	(96)	(346)	
Novas SE's e RD's	(22)	(114)	
Compromisso ECV	1	(4)	
Renovação de Ativos	(52)	(208)	24%
Melhoria da Rede	(17)	(59)	7%
Perdas e Inadimplência	(40)	(112)	13%
Outros	(29)	(59)	6%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	18	14	
(-) Investimento Líquido	(237)	(887)	
SUBVENÇÕES	4	20	
(-) Investimento Líquido	(233)	(867)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(18)	(14)	
(-) CAPEX	(251)	(881)	
Base de Anuidade Regulatória	(29)	(59)	7%
Base de Remuneração Regulatória	(226)	(842)	93%

O Capex realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de Capex reflete a política da Neoenergia Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

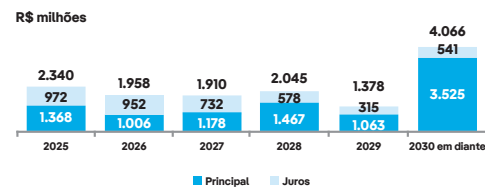
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.718 milhões (dívida bruta de R\$ 8.715 milhões), apresentando um crescimento de 1% (R\$ 113 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 83% da dívida contabilizada no longo prazo e 17% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

Resolução ANEEL nº 1000/2021 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212/2010 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2024	2023	2024 x 2023	
			Dif.	%
Convencional	2.498	2.438	60	2,5%
Baixa Renda	1.227	1.208	19	1,6
Total	3.725	3.647	78	2,1%

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>). Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes pontos:
 (i) Dividendos de R\$ 486 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 16/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
 (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 91.035 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Pernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por cinco representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por quatro membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou extraordinariamente sempre que convocados.

Diretoria Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados de forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.2.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho:** como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão:** foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilarejos_Junt+s:** rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGTBfobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- **Escola de Eletricistas:** iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- **Potencialize:** programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- **Herenergy:** programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- **Formação administrativa de pessoas com deficiência:** programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- **Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher:** iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.
- Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.
- A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.
- Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030. Além das ações previstas no cronograma anual de voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.
- Algumas ações de 2024 que foram destaques:
 - **Eu cuido do meu quadrado:** os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
 - **Ensinando Profissões:** palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
 - **Campanha de doação de roupas:** arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
 - **Operação quilô:** doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
 - **Ação da Solidariedade:** a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
 - **Gincana da Solidariedade:** nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantem, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
S	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
G	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
F	Clientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
G	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
G	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No âmbito de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LIDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança. Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e a União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio "Boas práticas" do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elias Liderar 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de "CEO Elias liderar 2030" mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social. Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia: a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda.

- **Tecnologias inovadoras:** desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.
- **Novos produtos e serviços competitivos** que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IIoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação** com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

A inovação da Neoenergia tem apoio de plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos - Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua. Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), 60% a mais em comparação com o ano anterior. Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Anel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Anel. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Inovação são: Desenvolvimento de rede de radiação para Anel reuniram, nos últimos anos, mais de 14 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade - Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multitlink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.



produtos que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa. Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:

- GODEL MULTILINK concentrador de dados de medição que promove a transferência segura de informações entre os equipamentos do sistema elétrico e os sistemas de distribuição.
- GODEL ANALYTICS aplicativo usado pelas empresas Neoenergia para mapear perdas técnicas e comerciais e indicar as áreas com maiores oportunidades tanto para ações de recuperação de receitas e para o planejamento de obras de reforço na rede.
- GODEL PCOM aplicativo baseado em análise por fluxo de potência que permite o cálculo das perdas técnicas para cada componente da rede elétrica, bem como as perdas não técnicas por alimentador.
- GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há a necessidade de obras de reforço.
- GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação interoperável, voltados para aplicações de medição inteligente.
- GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Ainda no tema de tecnologias inteligentes, com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto de Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI ANEEL que aprimoram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes:

- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autoparagáveis.
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.
- Na vertente de Segurança, temos:
 - Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
 - Smart Safety Eye, um sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.
- Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como: o Caminhão Elétrico com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão; Tilha Verde em Fernando de Noronha, que estabeleceu, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos, e entregou, em 2024, o primeiro buggy 100% elétrico desenvolvido no projeto, além de conquistar o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o Lugar na categoria Energia Renovável em 2024 no Circuito Nacional do Setor Elétrico; e o Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN) e viabilizou a cobrança da recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil.

II. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA PERNAMBUCO

As ações da Neoenergia Pernambuco são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2024:

- (i) Melhores em Gestão – Pela segunda vez, fomos reconhecidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) por sermos referência em gestão empresarial. Neoenergia Pernambuco foi reconhecida na categoria bronze.
- (ii) Great Place to Work (GPTW) – Ingressamos no ranking de melhores empresas para trabalhar no Brasil. Neoenergia Pernambuco ficou entre as cinco melhores do estado. O GPTW é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados. Na edição de 2024, 5 mil companhias participaram da pesquisa.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 557.647,00, dos quais R\$ 451.223,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 106.423,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	8.249	8.473
Custos		(6.571)	(6.808)
Custos com energia elétrica	4	(4.753)	(5.150)
Custos de construção	5	(861)	(799)
Custos de operação	6	(957)	(852)
Lucro bruto		1.678	1.665
Perdas de créditos esperadas	10.2	(179)	(225)
Despesas com vendas	6	(42)	(73)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(374)	(372)
Lucro operacional		1.083	995
Resultado financeiro	7	(989)	(993)
Receitas financeiras		130	149
Despesas financeiras		(947)	(916)
Outros resultados financeiros, líquidos		(172)	(226)
Lucro antes dos tributos		94	2
Tributos sobre o lucro	8.1.1	-	4
Corrente		-	4
Lucro líquido do exercício		94	6
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		1,27	0,08
Preferencial A		1,27	0,08
Preferencial B		1,40	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	94	6
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	86	(10)
Hedge de fluxo de caixa	2	(1)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(29)	3
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	59	(8)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	9	59
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(4)	(19)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	5	40
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	64	32
Resultado abrangente do exercício	158	38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663	446	(67)	68	356	114	-	1.580
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	94	94
Outros resultados abrangentes	-	-	64	-	-	-	-	64
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	-	70	(70)	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(9)	(24)	(115)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	663	446	(3)	68	356	93	-	1.623
Saldos em 31 de dezembro de 2022	663	446	(99)	68	353	112	-	1.543
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6	6
Outros resultados abrangentes	-	-	32	-	-	-	-	32
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	3	2	(5)	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663	446	(67)	68	356	114	-	1.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – NEOENERGIA PERNAMBUCO (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria "B", não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 28 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge* são: ***** Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; ***** O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; ***** Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; ***** Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de preços que remunerar carteira de aplicações; e ***** A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, T.JLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7. (iii) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities*, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados do 4T24 e 2024, a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T24	2024	4T23	2023	
(+) Receita líquida	2.237	8.249	2.185	8.473	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(133)	(289)	(45)	(20)	Nota 3
(-) Outras receitas	(43)	(167)	(33)	(140)	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	2.061	7.793	2.107	8.132	
(+) Custos com energia elétrica	(1.267)	(4.753)	(1.345)	(5.150)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(3)	(17)	(7)	(22)	Nota 6
(+) Custos de construção	(220)	(861)	(153)	(799)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.490)	(5.631)	(1.505)	(5.971)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	133	289	45	20	Nota 3
= MARGEM BRUTA	704	2.451	647	2.362	
(+) Custos de operação	(238)	(957)	(229)	(859)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(11)	(42)	(17)	(73)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(88)	(374)	(101)	(372)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	3	17	7	22	Nota 6
(-) Depreciação e Amortização	109	420	109	405	Nota 6
(+) Outras receitas	43	167	33	140	Nota 3
= Despesa Operacional (PMSO)	(182)	(769)	(198)	(737)	
(+) PCE	(23)	(179)	(46)	(225)	Demonstrações de resultado
EBITDA	499	1.503	403	1.400	
(+) Depreciação e Amortização	(109)	(420)	(109)	(405)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(263)	(989)	(233)	(993)	Demonstrações de resultado
(+) JIR/CS	(15)	-	(20)	4	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	114	94	41	6	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética de Pernambuco S.A. ("Neoenergia Pernambuco" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Pernambuco e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Pernambuco.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Pernambuco sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (r.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	94	6
Lucro líquido do exercício	94	6
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	431	413
Baixa de ativos não circulantes	88	30
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	-	(4)
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	989	993
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(289)	(20)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	12	(133)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(174)	(163)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(23)	(38)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	469	(190)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	117	127
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(53)	(42)
Outros ativos e passivos, líquidos	(61)	(10)
Caixa gerado nas operações	1.600	688
Encargos de dívidas pagas (nota 15.2 (c))	(629)	(644)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(197)	(212)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	69	76
Juros pagos - Arrendamentos	-	(2)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(2)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<	



É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta o ratings de longo prazo em escala nacional publicadas pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (I)	AI	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	AAA	AAA
HSCB	AAA	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(I) Bank of America - BofA possui rating somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais: (a) Risco regulatório: A Resolução Regulatória: A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo o maior atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida. **Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões:** Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária. Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato. Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORÉ (Procedimentos de Regulatória Tarifária). O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras. A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas. **Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira:** As Distribuidoras devem preservar, seja por provisão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade na aplicação de tributos e na distribuição de proventos. Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura da ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de caducidade da concessão. Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores. **Indicadores de Continuidade de Fornecimento:** A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia. **Base Remuneração Regulatória:** A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão e depende do direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste. Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993. **Base Remuneração Regulatória (RRA) e Reconhecimento de Investimentos:** Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de mobilização. Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das commodities (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios. **(b) Risco hidrológico:** A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 507
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2023 a 08/10/2025	R\$ 8
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1179
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2024	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
Transporte - Óleo	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 1
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Ciberssegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28
Veículos - Projeto Noronha	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas Estimativas e julgamentos significativos

3.1 Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados

8.1 Tributos sobre o lucro diferidos

10.2 Perdas de créditos esperadas

11 Ativos e passivos financeiros setoriais

12 Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

16.1 Provisão para processos judiciais

18.1 Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos emitidos, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante, incluindo as emendas do passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 16 / CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - o que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199 / CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OPCO 10: Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro.	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (IC02e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.864	4.616
Disponibilidade da rede elétrica (I)	5.549	5.091
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	861	799
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	222	207
Valor de reposição estimado da concessão (2)	289	201
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(218)	557
Outras receitas (nota 3.3)	167	140
Recita operacional bruta	11.734	11.591
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.485)	(3.118)
Recita operacional, líquida	8.249	8.473

(I) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 4.771 (R\$ 4.487 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 778 (R\$ 604 em 31 de dezembro de 2023); e (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). **Reajuste Tarifário Anual - IRT 2024:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 2024 o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética de Pernambuco - NEOENERGIA PERNAMBUCO, com vigência a partir de 29 de abril de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.325/2024. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de -2,69%, sendo que para os consumidores de alta tensão, o reajuste ficou em -2,85%, enquanto para os da baixa tensão, ficou em -2,63%. Na composição do efeito médio, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -0,93%. Os custos de compra de energia elétrica, considerando o Mercado de Referência e as perdas regulatórias, levaram a um impacto no efeito médio de -3,95%. Esse impacto decorre, principalmente, da redução do montante de energia do contrato Bilateral com a Termopernambuco, que se encerrou em 14 de maio de 2024. A atualização da Parcela B representou -1,59% na composição do efeito médio, refletindo a variação acumulada do GP-M, de -4,26%, no período de referência, descontada do Fator X.

3.1 Fornecimento de energia elétrica:

	2024	2023	2024	2023
Residencial	5.985	5.709	5.194	4.632
Comercial	1.795	1.964	1.739	1.742
Industrial	132	360	396	389
Rural	465	490	369	364
Poder público	603	644	538	522
Iluminação pública	484	493	275	256
Serviços públicos	357	641	241	379
Fornecimento não faturado	17	-	(7)	39
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (I)	-	-	(4.737)	(4.487)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	856	780
Total	10.018	10.318	4.864	4.616

(I) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 29 de abril de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.325/2024; e (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 444 (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 332 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2023) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 36 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 44 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modalidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais:

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	117	(154)
Encargos de rede básica	107	147
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(60)	(27)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (3)	(82)	(2)
Neutralidade de encargos setoriais	(17)	(22)
PROINFA	-	(12)
Total	66	(70)

Componentes financeiros e subsídios

Repasso de sobrecontratação (4)	(499)	186
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	(26)	6
Diferimento de reajuste	(2)	27
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	318	393
Modalidade Eletrobras (7)	69	128
Recomposição energia Termopernambuco (8)	(44)	(16)
Bandagem de energia (nota 11)	(128)	(12)
Arrecadação de encargo CDE	(13)	(4)
Neutralidade PIS/COFINS	(16)	-
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (8)	49	-
RTE Covid (9)	22	-
Outros	-	-
Total	(284)	607
	(218)	537

(I) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (3) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários; (5) Constituição passiva referente à Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 21 do PRORÉ; (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2024 R\$ (299) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 318 em contrapartida da redução da receita; (7) Referente ao aporte da CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado à modalidade tarifária conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024 e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 69 em 31 de dezembro de 2024; (8) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidas na Consulta Pública nº 9 de 2024; e (9) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário - RTE, devido à Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 21 do PRORÉ, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

3.3 Outras receitas:

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	123	110
Comissão serviços de terceiros	22	22
Renda da prestação de serviços	12	7
Serviço taxado	7	6
Administração de faturas de fraudes	3	0
(-) Compensações regulatórias (I)	(6)	(10)
Total	167	140

(I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta:

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.853)	(1.466)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(833)	(848)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(7)	(7)
Total	(2.693)	(2.321)

Encargos setoriais

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(660)	(67)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(35)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(53)	(43)
Outros encargos (I)	(44)	(46)
Total	(792)	(797)
	(3.485)	(3.118)

(I) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE

3.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes



7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	69	76
(-) Tributos sobre receita financeira	(13)	(11)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	64	68
Atualização de depósitos judiciais	10	11
Outras receitas financeiras	-	5
130	149	
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(768)	(738)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(6)	(1)
Atualização do passivo financeiro setorial	(4)	(13)
Atualização de provisões para processos judiciais	(51)	(50)
Outras despesas financeiras	(106)	(104)
(947)	(916)	
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(634)	(174)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	331	365
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(300)	(575)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	433	154
Perdas com variações cambiais e monetárias	(133)	(183)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	131	187
(172)	(226)	
(989)	(993)	

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e (2) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	94	2
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(32)	(1)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	31	-
Incentivos fiscais (1)	-	3
Excesso de provisão privada	-	(5)
Outras adições (reversões) permanentes	1	7
Tributos sobre o lucro	-4	4
Alíquota efetiva	0%	-200%
Corrente	-	4

(1) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudele. **8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	214	98
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMPL)	33	43
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	-	33
Provisão para processos judiciais	84	90
Perdas de créditos esperadas - conta a receber	117	118
Direito de uso da concessão recita de ultrapassagem	22	23
Arrendamentos capitalizados	2	3
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	17	16
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	13	12
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(525)	(427)
Capitalização de juros de dívida	(62)	(63)
Valor justo de instrumentos financeiros	24	28
Outros	19	17
Total passivo não circulante	(42)	(9)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(9)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(42)

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7	-
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(16)	-
Transferências entre ativos e passivos	9	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(9)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar:

	2024	2023
IRPJ	125	242
CSLL	13	31
Total	138	273
Circulante	1	1
Não circulante	137	272

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recuperar, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1.297 (R\$ 1.830 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem: (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.224 (R\$ 1.779 em 31 de dezembro de 2023). A variação apresentada entre os períodos é decorrente de decisão proferida em janeiro de 2025, julgando integralmente procedentes os pedidos da Companhia para cancelar o crédito tributário, referente à discussão do ágio do período 2001 a 2006, a qual restou confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A discussão foi transitada em julgado com o cancelamento do débito no montante de R\$ 416; e (ii) Processos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 23 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2023). **8.1.5 Benefício fiscal - Mais-valia e PMPL:** O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	43	53
Amortização	(28)	(30)
Reversão	18	20
Saldo final do exercício	33	43

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2025	2026	2027	2028
	9	9	8	7

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar às demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos de incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2 Outros tributos: 8.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	2024	2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	104	123
Programa de Integração Social - PIS	290	319
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.380	1.515
Outros	8	8
Total	1.782	1.965
Circulante	358	499
Não circulante	1.424	1.466

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22	43
Programa de Integração Social - PIS	9	8
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42	38
Impostos e contribuições retidos na fonte	21	6
Outros	8	16
Total	102	111
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	25	23
Programa de Eficiência Energética - PEE	28	55
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4	22
Outros	9	(2)
Encargos setoriais	66	100
Total	168	211
Circulante	163	197
Não circulante	5	14

8.3 Ressarcimento a consumidores - Tributos federais: A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022. O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	1.775	2.025
Atualização monetária	115	157
Compensação	(254)	(409)
Saldo final do exercício	1.636	1.772
Circulante	265	372
Não circulante	1.369	1.403

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	68	91
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	628	489
Fundos de Investimento	257	158
Total	953	738

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	257	158
Total	257	158

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de depósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024		2023	
	Perda de Contas a créditos receber,	Perda de Contas a créditos receber,	Perda de Contas a créditos receber,	Perda de Contas a créditos receber,
	Receivável esperadas	líquidos	Receivável esperadas	líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.636	(942)	1.694	2.523
Câmara de Comercialização e Energia Elétrica - CCEE	24	-	24	29
Disponibilidade da rede elétrica	122	(5)	117	66
Subvenções e subsídios governamentais	140	-	140	125
Outros recebíveis	130	(45)	85	132
Total	3.052	(992)	2.060	2.875
Ativo circulante		1.956		1.904
Ativo não circulante		124		104

Operações de desconto de recebíveis (sem cobrança): Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente. O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Fornecimento de energia	59	20
Subvenções e subsídios governamentais	59	21
Valor de face antes da alienação	59	21
Fluxo de caixa recebido pela alienação	1,07%	0,83%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras.

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024	2023
Perdas de créditos		
Receivável esperadas		
Residencial	1.125	(645)
Comercial	323	(128)
Industrial	144	(66)
Rural	212	(61)
Poder público	152	(11)
Iluminação pública	170	(7)
Serviço público	89	(3)
Não faturado	421	(21)
Total	2.636	(942)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024	2023
Perdas de créditos		
Receivável esperadas		
A vencer	781	(45)
Saldos vencidos:	1.855	(897)
Entre 1 e 90 dias	393	(37)
Entre 91 e 180 dias	115	(35)
Entre 181 e 360 dias	188	(70)
Acima de 360 dias	1.159	(755)
Total	2.636	(942)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(867)	(694)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(179)	(225)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	54	52
Saldo final do exercício	(992)	(867)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024	2023
Ativo		
Direito		
Obrigações	54	58
Efeito líquido	(44)	(22)
Passivo		
Direito		
Obrigações	43	116
Efeito líquido	(25)	(10)
Outros	-	(3)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (1)	194	182
Risco hidrológico	-	(185)
Recomposição energia Tempoe	31	31
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	4	(195)
Diferimento de reajuste	10	-
Passivo conta COVID	-	10
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(18)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	140	(215)
Bandeira escassez hídrica (3)	-	-
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (nota 3.2)	48	-
RTE Covid (nota 3.2)	22	-
Outros	7	(22)
Total	566	(836)

Valores homologados pela ANEEL (em reversão)

	2024	2023
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	265	(642)
Total	566	(836)

Ativo circulante



b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (I)	Juros (I)	Instrumentos derivativos	Total
2025	1.172	791	(68)	2.340
2026	1.172	791	(5)	1.958
2027	1.226	648	36	1.910
2028	1.517	516	12	2.045
2029	1.106	268	4	1.378
Entre 2030 e 2034	3.196	421	(199)	3.418
Entre 2035 e 2039	528	57	-	585
2040 em diante	62	1	-	63
Total	10.424	3.493	(220)	13.697

(I) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,51 anos (4,42 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	8.137	7.492
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (I)	1.606	1.471
Amortizações de principal	(1.351)	(700)
Custo de captação	(18)	(24)
Pagamento de encargos de dívida	(629)	(644)
Depósitos em garantia	1	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	779	733
Variação cambial	386	(191)
Marcação a valor justo	(83)	-
Saldo final do exercício	8.828	8.137

(I) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as operações captadas, no montante de R\$ 1.606, pela Companhia foram: (i) R\$ 436 via 13ª emissão de debêntures com prazo final em até 10 anos; (ii) R\$ 500 via 14ª emissão de debêntures com prazo final em até 5 anos; e (iii) R\$ 670 via 15ª emissão de debêntures com prazo final em até 6 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 1.471, pela Companhia foram: (i) R\$ 745 via 13ª emissão de debêntures com prazo final em até 10 anos; (ii) R\$ 3 com prazo de vencimento de até 20 anos junto ao BNDES; e (iii) R\$ 703 com prazo de até 10 anos captados junto ao JICA/MUFG. **d) Linhas de crédito:**

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	100	-
Linhas de financiamento	R\$	18/06/2025	700	670
			800	670

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é de 0,45% a.a. (0,11% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total. **e) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 91% dos contratos de dívidas que contém cláusulas de covenants que são apurados na controladora. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual inferior (I)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA + Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,55

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e (3) A Neoenergia S.A. é avaliada e garantidora das dívidas de suas subsidiárias. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **15.2) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,41% e 1,20%, respectivamente. **15.3) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 11. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	228	(134)
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	(33)	(116)
Swap de taxas de juros - R\$	(83)	-
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	1	(1)
Exposição líquida	113	(251)
Ativo circulante	209	-
Ativo não circulante	27	35
Passivo circulante	(26)	(103)
Passivo não circulante	(97)	(183)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	195	(250)
Contratados para proteção de outras operações	1	(1)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	(83)	-
	113	(251)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:

	2024	2023
Proteção de dívidas		
Proteção de outras operações	(250)	(100)
Proteção de dívidas	(100)	(100)
Proteção de outras operações	(100)	(100)
Saldo inicial		
Ganho (perda) reconhecido no resultado	133	(420)
Liquidação financeira entradas (saídas)	220	211
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	9	57
Saldo final	112	1
Saldo inicial do exercício		
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	133	(420)

15.3.1) Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge econômico*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1) Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	220	46	266
Ações desfeitas, liquidadas	52	35	87
Pagamentos	(78)	(22)	(100)
Atualizações monetárias	48	3	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	222	31	253
Circulante	98	-	98
Não circulante	-	-	155
Saldo em 31 de dezembro de 2022	188	44	232
Adições e reversões, liquidadas	38	11	49
Pagamentos	(47)	(18)	(65)
Atualizações monetárias	41	9	50
Saldo em 31 de dezembro de 2023	220	46	266
Circulante	64	-	64
Não circulante	-	-	202

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos: (1) **Processos cíveis:** Do total reconhecido, destaca-se: - Ações cíveis onde se discute indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo, cobrança indevida, danos morais e materiais decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios abrangendo os objetos relativos a danos elétricos em equipamentos, danos por interrupção de energia, ações acidentárias, cobrança indevida, corte indevido, irregularidade de consumo, serviço de rede, pedido de ligação, negatização indevida e Portaria DNAAE, no montante estimado de R\$ 211 (R\$ 209 em 31 de dezembro de 2023); (2) **Processos trabalhistas:** Do total reconhecido, destaca-se: - Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, dentre outras, cujo montante estimado é de R\$ 12 (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2023); e - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (1)	465	464
Processos trabalhistas (2)	464	171
Processos fiscais (3)	1.319	1.092
Total	2.388	1.862

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos: (1) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicado a seguir: - Ações de indenização movidas por terceiros em razão de acidentes (Eletroplasma) com a rede elétrica. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 97 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2023). (2) **Processos trabalhistas:** Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, conforme explicado a seguir: - Auto de infração que discute intervalo para repouso e alimentação, com valor estimado de R\$ 179. (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, conforme explicados a seguir: - Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, no montante estimado em R\$ 714 (R\$ 669 em 31 de dezembro de 2023); - Ação judicial que discute TIP/CIP, no montante estimado de R\$ 91; - Auto de infração lavrado pela SEFAZ/PE para cobrança de ICMS, relativamente aos exercícios de janeiro e dezembro de 2021, por suposta utilização indevida de crédito fiscal, relativos à tarifa de uso do sistema de distribuição, no montante estimado em R\$ 48; e - Auto de infração, que discute a Cobrança do ICMS, referente aos períodos de janeiro a dezembro de 2022, em razão da isenção da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD de Micro e Minigeração Distribuída - MMGD, no montante estimado de R\$ 101. As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajustamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes caixas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	120	108
Processos trabalhistas	73	78
Processos fiscais	5	13
Total	198	199

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos. **16.2) Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (I)	162	156
Devoluções a consumidores (2)	103	52
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	23	30
Passage a terceiros	19	28
Plano de saúde	10	10
Bônus estratégico	10	7
Devolução MMGD (3)	91	-
Outros	34	22
Total	452	303
Circulante	399	251
Não circulante	53	52

(I) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previdenciais (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços; (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL n.º 3.420/2024; e (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração, a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo - pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano da previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	94	98
Benefícios pós-emprego	-	99
Total	94	197
Passivo circulante	94	166
Passivo não circulante	-	31

18.1) Benefícios pós-emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (Curadores). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024	2023
Quantidade Beneficiários Ativos	30	3.169
Quantidade Beneficiários Assistidos	30	3.169
Situação	Fechado	Equilibrado

Planos de contribuição definida

Néos - Plano	2024	2023
Néos - Plano BA	11	1
Néos - Plano CD Néos	3.393	139
Total	3.404	140

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto (passivo) líquido	Benefício definido	Ativo líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.086)	987	-	(99)	(99)
Efeitos dos juros	(90)	84	-	(6)	(6)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	19	-	19	19
Benefícios pagos pelo plano	125	(125)	-	-	-
Redimensionamento	148	(33)	(29)	86	86
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(903)	932	(29)	-	-
Planos deficitários	(903)	932	(29)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.029)	908	-	(121)	(121)
Efeitos dos juros	(93)	82	-	(11)	(11)
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	43	-	43	43
Benefícios pagos pelo plano	139	(139)	-	-	-
Redimensionamento	(103)	93	-	(10)	(10)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.086)	987	-	(99)	(99)
Planos deficitários	(1.086)	987	-	(99)	(99)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	2024	2023
Benefício definido	(90)	(93)
Despesa com juros de passivos	84	82
Receita com juros de ativos	(6)	(11)
Total	(6)	(11)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	148	(7)
Redimensionamento	(14)	(103)
Mudanças nas premissas	(29)	-
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	(33)	93
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	86	(10)
Efeito bruto	(29)	3
Tributos sobre o lucro	57	(7)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	43	(14)
Saldo no final do exercício	103	93

